

RESENHAS

REVIEWS

BIOÉTICA Y MEDICINA(*)

Fernando Lolas Stepke
Editorial Biblioteca Americana, Santiago de Chile, 2002

*Silvia Badim(**)*

A bioética como uma nova dimensão da Medicina é o principal eixo condutor da obra "Bioética y Medicina", um trabalho de qualidade que aborda uma série de questões importantes para compreender a relação entre estas duas ciências. Para construir este entendimento, o autor discute conceitos e temas como conhecimento formal, produção do saber, pesquisa científica, comunicação e tecnologias sanitárias.

Por sua grande abrangência, o livro pode ser considerado uma fonte de consulta e de reflexão para quem atua nas áreas da saúde, pesquisa médica, comunicação e para os interessados nas discussões acerca dos impactos sociais provocados pelos avanços científicos e tecnológicos.

O autor apresenta uma visão otimista da interação entre o discurso bioético e a Medicina, considerando a importância da área da saúde para a sociedade e os interesses aí envolvidos, sejam eles sociais, científicos, médicos, de cunho comercial ou de gestão pública.

Inicialmente, a obra aborda o conceito de conhecimento que, segundo o autor, é uma forma de junção de dados e informações, voltada para algum interesse social. Neste ponto, trata-se também do conhecimento formal, aquele cultivado em universidades e constantemente renovado pela pesquisa científica. *Stepke* destaca que não é possível haver produção de conhecimento sem diálogo, sem a transmissão do saber.

(*) No Brasil: "Bioética e Medicina — aspectos de uma relação", Edições Loyola, São Paulo, 2002.

(**) Advogada, mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. E-mail: <sbadim@usp.br.>

Ainda no campo da produção do conhecimento, o autor define a tecnologia como um “saber-fazer”, ou seja, uma técnica (fazer) explicada, conceituada e justificada pela racionalidade (saber). Ele afirma ainda que esta “técnica” é gerada em um contexto racional e de inovação. *Stepke* chama de “praxiologias”, ou ciências de ações, aquelas que se servem de várias tecnologias e coloca a Medicina dentro deste grupo.

Segundo o autor, a Medicina incorpora tecnologias complexas que, por sua vez, são formadas por subsistemas tecnológicos, como, por exemplo, as “tecnologias de produção”, relativas à produção de bens e serviços, como é o caso da indústria farmacêutica e do próprio atendimento médico. Neste sentido, ganham importância as leis de defesa dos consumidores e os “direitos dos pacientes”.

A Medicina também envolve as “tecnologias semióticas”, pois ela gera símbolos e signos. Aqui, o autor usa como exemplo a simbologia associada ao “sacrifício e ao esforço da profissão” de médico.

Outra tecnologia da qual a Medicina faz uso é a do “poder”, considerando o sistema de saúde como uma instituição social que deve ser administrada. O autor chama a atenção para o fato de que muitos especialistas se esquecem que, no caso da Medicina, as tecnologias do “poder” são meios e não fins e ironiza uma certa “magia” que é atribuída à palavra “gestão”. Segundo *Stepke*, “atender dez pessoas em uma hora pode ser um ‘êxito’ da tecnologia administrativa. Mas, pode ser um ‘fracasso’ no tocante à satisfação dos usuários”.

E, por fim, o autor afirma que a Medicina incorpora a “tecnologia das pessoas” que busca entender as motivações, angústias e medos dos profissionais e dos usuários.

Stepke também utiliza o conceito de tecnologia ao abordar a bioética que ele define como “um conjunto de tecnologias complexas concebido para regular ou controlar outras tecnologias”. Nesse contexto, o autor afirma que o discurso bioético é “integrador, transdisciplinar e dialógico”

A bioética cresceu em um cenário no qual o homem passou a confiar no poder da tecnociência para solucionar seus problemas e criou-se uma idéia de que apenas os peritos poderiam falar em nome da sociedade. Acrescentou-se a esta “peritocracia”, o complexo “técnico-médico-industrial” e sua força econômica, que utiliza o conhecimento técnico para gerar lucro, e o controle exercido por outras profissões sobre os médicos, como, por exemplo, a classe jurídica que, na opinião de *Stepke*, estaria “mais interessada em obter benefícios e poder”.

Estes elementos permitiram o estabelecimento do pensamento bioético que tem como objetivo articular as dissensões em busca da “síntese convergente das inevitáveis diferenças de pontos de vista e a utilização criativa do diálogo, se não para resolver, ao menos para ‘dissolver’ os dilemas na síntese superior do interesse humano”.

Após conceituar e contextualizar o discurso bioético, o autor define três fases deste pensamento: “emocional”, a reação da sociedade diante de alguma circunstância de inquietação; “reconstrução”, quando, após o choque inicial, se reconstróem os argumentos e passa-se ao debate; e a fase da “consolidação”, na qual a bioética se institucionaliza por meio de instituições da sociedade como grupos de trabalhos, comitês, cursos, meios de comunicação.

Com relação à institucionalização do discurso bioético, o autor analisa os comitês de ética de pesquisa científica, onde os projetos e protocolos são examinados por pessoas alheias ao estudo. Aqui, mais uma vez, a bioética demonstra seu caráter dialógico. *Stepke* chama a atenção para a importância de se constituir grupos que tenham legitimidade e capacidade de decidir de maneira rápida, atendendo os prazos necessários para o andamento do projeto e assim dirimir eventuais questionamentos por parte dos pesquisadores sobre a atuação dos comitês.

O autor dedica dois capítulos do livro para a discussão da bioética na comunicação em saúde. Discorrendo sobre a construção narrativa da saúde, o autor afirma que ela é feita cotidianamente no imaginário social por pessoas que não têm a saúde como ciência. Esta narrativa pode se expressar, por exemplo, nos meios de comunicação.

A saúde como tema do jornalismo inclui os benefícios trazidos pela difusão da informação, mas também envolve um valor de mercado, uma vez que ela (a saúde) é uma *commodity* negociada dentro de um complexo médico-industrial. A partir de um pretenso discurso técnico-científico, observa-se questões econômicas e interesses diversos.

Na comunicação em saúde, os princípios da bioética de autonomia, beneficência, justiça e não-maleficência são marcos importantes. Segundo o autor, por mais argumentos e modos de dizer diferentes que existam, não se pode desprezar a idéia de princípios universais. Desse modo, a atividade que leva a informação do perito para o leigo, ajudando na construção de um conhecimento informal, deve sempre analisar e questionar as intenções de quem fala, pois, para *Stepke*, na saúde não há o discurso neutro.

A comunicação de informações de saúde deve ser feita respeitando-se as culturas, sem alarmes desnecessários; porém, com dados suficientes para que as pessoas possam decidir, exceto, é claro em situações de iminente risco à saúde pública. Ela deve motivar as pessoas a procurar os meios de proteção e promoção da saúde individual e coletiva, adequando o conteúdo à capacidade do público em entendê-lo, integrando novos conhecimentos sem desmerecer crenças e conhecimentos anteriores.

Stepke aborda também a comunicação científica (entre pares), ou o que ele chama de construção do conhecimento formal. Esta forma de comunicação se dá por meio de revistas especializadas e sofre ameaças do ponto

de vista ético, a começar pela confiabilidade da informação. O autor destaca que deve haver um comprometimento ético da publicação científica, pois ela é importante para a comunicação de massa.

Outro tema importante desta obra trata da reforma sanitária, a qual o autor julga perene. Os desafios que ela impõe são o de se estabelecer a Medicina enquanto uma instituição “economicamente sustentável, eticamente sólida e socialmente satisfatória”. *Stepke* afirma que deve-se buscar a Medicina como uma “construção social”, que envolve muito mais do que os aspectos de disciplina técnica e de profissão e que é feita no exercício do diálogo e do pluralismo de visões.

Neste sentido, o discurso dialógico da bioética é o caminho para legitimar a reforma no sistema de saúde com justiça e racionalidade.

Fernando Lolas Stepke é professor titular das faculdades de Medicina e Ciências Sociais e diretor do *Centro Interdisciplinario de Estudios em Bioética* da Universidad de Chile e diretor do Programa Regional de Bioética da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).